

O BRASIL E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DOS EDUCADORES NA AGENDA 2030 DA ONU

Brazil and the challenges of education and educators on the UN Agenda 2030

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel¹

Resumo: O artigo aborda a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no intuito de apresentar o objetivo para a educação e sua adequação à realidade brasileira. O documento da Organização das Nações Unidas estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para transformar o mundo e o destaque neste trabalho será o objetivo 4 que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A análise é ampliada para o contexto educacional brasileiro, por meio de pesquisa exploratória dos documentos publicados pela UNESCO e do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, considerando a forma de adequação das metas da ONU com a realidade do Brasil. Constatou-se que o principal desafio brasileiro para alcançar o ODS para uma educação de qualidade é o cumprimento do Plano Nacional de Educação e a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Evoluímos na universalização do acesso a educação básica, porém é preciso reafirmar o compromisso com a melhoria da aprendizagem dos estudantes, bem como promover o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Política mundial, Educação no Brasil, Objetivos para Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: The article approaches the 2030 Agenda for Sustainable Development, in order to present the objective for education and its adequacy to the Brazilian reality. The United Nations document sets out 17 Sustainable Development Goals (SDG) to transform the world and the focus of this work will be Goal 4 aimed at ensuring inclusive, equitable and quality education and promoting lifelong learning opportunities for everybody. The analysis is expanded to the Brazilian educational context through exploratory research of the documents published by UNESCO and the report of the Institute of Applied Economic Research, considering how the UN goals are adapted to the reality of Brazil. It was found that the main Brazilian challenge to reach the SDG for quality education is the fulfillment of the National Education Plan and the implementation of the Common National Curriculum Base. We have made progress in universal access to basic education, but we need to reaffirm our commitment to improving student learning, as well as promoting the country's development.

Keywords: World policy, Education in Brazil, Goals for Sustainable Development.

¹ Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4278-0573>.
Universidade do Estado da Bahia

1. Introdução

Lançada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 230 indicadores, constituem-se em um plano de ação para o planeta, os indivíduos e a prosperidade. Os ODS são ferramentas de planejamento, a médio e longo prazo, que viabilizam o alinhamento nacional de políticas sociais, ambientais e econômicas. É um quadro para orientar políticas públicas em nível mundial.

A Agenda 2030 considera a interligação de três elementos essenciais. Primeiro busca a universalidade dos objetivos e metas, considerando a diferenciação de cada país e região. Também, a integração de políticas sociais, econômicas e de meio ambiente. Por fim, o princípio de 'não deixar ninguém para trás', com o intuito de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. Esta abordagem integrada e equilibrada implica em lidar com os desafios contemporâneos para o desenvolvimento sustentável. Outro ponto em destaque é a proposição de assegurar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero, condição imprescindível para minimizar as diferenças entre os povos e maximizar a sinergia entre as dimensões social, econômica e ambiental.

O desenvolvimento social do planeta está associado a contradições e tensões como, a mudança climática, a desigualdade e a injustiça social e a extrema pobreza da população vulnerável. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016) apontam que a matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91,0%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola; mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África; estima-se que 50,0% das crianças fora da escola com idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos; crianças das famílias mais pobres são quatro vezes mais propensas a está fora da escola do que crianças de famílias mais ricas; o mundo conquistou a igualdade na educação primária entre meninas e meninos, mas poucos países alcançaram essa meta em todos os níveis de educação; e entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83,0% para 91,0% entre 1990 e 2015 (UNESCO, 2016).

Outro ponto em destaque é que há um declínio da qualidade do emprego, um crescimento da vulnerabilidade e um aumento das desigualdades entre os países e dentro dos próprios países. A população mundial triplicou no período de 1950-2000, porém 50,0% da riqueza global do planeta estão nas mãos de 1,0% da população (UNESCO, 2016). No eixo do meio ambiente, salienta-se o consumo exacerbado, ocasionando, em determinados momentos, o stress ecológico e o esgotamento dos recursos naturais. Socialmente, há um crescente da violência, da intolerância e do conflito, mesmo com o crescimento da conectividade, da informação em tempo real e do conhecimento amplamente acessível, que a tecnologia e a internet proporcionam.

No Brasil, 98,0% das crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, cumprindo a meta de universalização deste nível de ensino. Contudo, no ensino médio 70,0% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, porém só 59,0% concluem

esta última etapa da educação básica. Em relação a educação inclusiva houve um aumento de 37,3% de matrículas em classes comuns, correspondendo a 95,0% na rede pública (IBGE, 2018). O Censo Escolar de 2018 revela que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (BRASIL, 2018). Os desafios estão postos às políticas educacionais para garantir a qualidade da educação na mesma proporção que alcançou a universalização da educação básica.

Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos para a educação mundial e sua adequação à realidade brasileira. No Brasil, o principal instrumento de sustentação ao ODS 4 é o Plano Nacional de Educação (PNE), vigência 2014-2024. A Agenda 2030 propõe como objetivo 4 Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

2. Aspectos teórico-metodológicos

A principal fonte para levantamento dos dados foram os documentos publicados pela UNESCO sobre os ODS e os indicadores educacionais produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está associada a uma pesquisa exploratória e documental, pois a ciência se produz na especificidade do campo da educação, articulam-se os conhecimentos novos, práticas e políticas, com os saberes produzidos historicamente, através de um processo estrategicamente definido e sistematizado (PIMENTEL, 2013). Na geração das informações coletadas, utilizaram-se quadros e tabelas, analisados a partir da estatística descritiva, com a intenção de interrelacionar o objetivo do estudo com os aspectos teórico-metodológicos.

A promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) surgiu no ano de 1992, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs ações educacionais que contribuíram para a mudança do modo de pensar e agir das pessoas em toda parte do mundo. Há de se destacar a liderança da UNESCO na proposição da Década das Nações Unidas para a EDS, período que foi de 2005 a 2014. Em continuidade, surge o Programa de Ação Global, que tem como intuito impulsionar as atuações para a transformação do estilo de vida das pessoas. Cabe aos sistemas de ensino corresponder às demandas específicas da sociedade contemporânea, contribuindo para as aprendizagens condizentes com os princípios da sustentabilidade, bem como, o desenvolvimento de habilidades e valores éticos nos indivíduos.

Nesse ínterim, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), junto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), coordenou o Fórum Mundial de Educação 2015, em Incheon, na Coreia do Sul, entre 19 e 22 de maio de 2015. Participaram mais de 1.600 pessoas, representando 160 países, composto por representantes oficiais, da sociedade civil, dos sindicatos, da profissão docente, do setor

privado, dentre outras organizações. No momento em que foi estabelecida a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que visa mobilizar bilhões de pessoas no mundo todo, com uma visão integrada e equilibrada dos aspectos social, econômico e do meio ambiente. Assim, em Paris, no mês de setembro do mesmo ano, o documento foi adotado por 193 Estados-membros da UNESCO.

Com relação à educação de qualidade, a nova Agenda 2030 aponta que a educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS, considerada como uma estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS (UNESCO, 2018). No quadro 1 estão descritos os ODS, relacionados a aprendizagem nos campos cognitivo, socioemocional e comportamental, bem como as abordagens pedagógicas.

Objetivos	Descrição
Objetivos de aprendizagem cognitiva	1. O educando entende o importante papel da educação e das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (aprendizagem formal, não formal e informal) como principais motores do desenvolvimento sustentável, para melhorar a vida das pessoas e para se alcançar os ODS; 2. O educando entende a educação como um bem público, um bem comum global, um direito humano fundamental e uma base para garantir a realização de outros direitos; 3. O educando tem conhecimento sobre a desigualdade no acesso e no desempenho educacional, especialmente entre meninas e meninos e nas zonas rurais, e sobre as razões para a falta de acesso equitativo à educação de qualidade e a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida; 4. O educando entende a importância do papel da cultura para o alcance da sustentabilidade; 5. O educando entende que a educação pode ajudar a criar um mundo mais sustentável, equitativo e pacífico.
Objetivos de aprendizagem socioemocional	1. O educando é capaz de aumentar a conscientização sobre a importância da educação de qualidade para todas e todos, de uma abordagem humanística e holística à educação, da EDS e abordagens afins; 2. O educando é capaz, por meio de métodos participativos, de motivar e capacitar outros para exigirem e aproveitarem oportunidades educacionais; 3. O educando é capaz de reconhecer o valor intrínseco da educação e analisar e identificar as próprias necessidades de aprendizagem no seu desenvolvimento pessoal; 4. O educando é capaz de reconhecer a importância das próprias habilidades para melhorar sua vida, particularmente para o emprego e o empreendedorismo; 5. O educando é capaz de envolver-se pessoalmente com a EDS.
Objetivos de aprendizagem comportamental	1. O educando é capaz de contribuir para facilitar e implementar a educação de qualidade para todos, a EDS e abordagens relacionadas em diferentes níveis; 2. O educando é capaz de promover a igualdade de gênero na educação; 3. O educando é capaz de exigir e apoiar publicamente o desenvolvimento de políticas que promovam o ensino gratuito, equitativo e de qualidade para todos, a EDS e abordagens afins, e apoiem instalações educacionais seguras, acessíveis e inclusivas; 4. O educando é capaz de promover o empoderamento dos jovens; 5. O educando é capaz de aproveitar todas as oportunidades para sua própria educação ao longo da sua vida, e aplicar os conhecimentos adquiridos em situações cotidianas para promover o desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 - Objetivos de aprendizagem para o ODS 4 “Educação de qualidade”

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, 2017.

Para a consecução dos objetivos de aprendizagem, o documento propõe algumas competências-chave para o desenvolvimento “cidadãos da sustentabilidade” (WALS, 2015). Para tanto, é fundamental delinear um conjunto de iniciativas e de uma política de desenvolvimento social que considere a efetiva atuação dos “interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos” (JACOB, 1999 p. 42; 2003, p. 195). A sustentabilidade abrange muito mais que as questões ambientais, mas “às culturas e às pessoas como um todo, e com a elaboração de políticas que proporcionem a união mundial em prol da sustentabilidade para todos” (GARLET *et al*, 2019, p. 75). Isso leva ao caminho da sociedade sustentável e a uma política de desenvolvimento que não pode ignorar “nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e, muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento” (JACOB, 1999, P. 42).

A organização do contexto educacional incluirá nas suas propostas as capacidades básicas previstas para os indivíduos atuarem e se auto-organizarem em vários contextos e situações complexas. Segundo Perrenoud (1994), a pessoa, antes de ter competências técnicas, deverá ser capaz de identificar e de valorizar suas próprias habilidades dentro de sua profissão e dentro de outras práticas sociais. Isso exige um trabalho sobre sua própria relação com o saber. Ao debruçar-se sobre o tema, Perrenoud (1999), com a pedagogia das competências, parte do princípio de que o homem se desenvolve por meio de sua interação com o meio. Elas são o efeito adaptativo do homem às suas condições de existência. Com isso, o indivíduo desenvolveria aptidões voltadas para a resolução de problemas relativos à superação de uma situação. Ao aceitar uma abordagem por competências, é “uma questão ao mesmo tempo de continuidade e de mudança, de ruptura até” (p. 15).

Então, um currículo escolar baseado em competências, conforme prescrito nos documentos deve relacionar os conhecimentos formais e a utilização em situações concretas. Com isso, os currículos precisam ser revistos e adequados às reais necessidades educacionais e à heterogeneidade dos estudantes. Para Le Boterf (1994) a competência não pode ser saber-fazer e saber-se e, sim, uma mobilização de saberes em contextos específicos, como saber-combinar, saber-agir e reagir, saber-transferir e saber-partilhar, vinculando o transversal das competências.

Destarte, as competências-chave da sustentabilidade que os indivíduos precisam especificamente para lidar com os desafios complexos de hoje estão assim descritas: Competência de pensamento sistêmico; Competência antecipatória; Competência normativa; Competência estratégica; Competência de colaboração; Competência de pensamento crítico; Competência de autoconhecimento; e Competência de resolução integrada de problemas. Elas representam a transversalidade de idade, de mundo, de amplitude, de responsabilidade e de contexto.

Assim, Jacobi e Santos (2017, p. 525) afirmaram-se que a construção de uma sociedade sustentável se fortalece na medida em que se “desenvolvem práticas que conduzam para ambientes pedagógicos e para uma atitude reflexiva em torno da

problemática ambiental, a fim de traduzir o conceito de ambiente e sua complexidade na formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos”. Com isso, é fundante que a o conhecimento social ocorra paralelo à aprendizagem para a cidadania, por meio da reflexão crítica dos problemas e dos desafios para resolvê-los. Reconhecer as questões ambientais implica se envolver da proposição de alternativas e de aprender com as relações que são estabelecidas com o outro com o propósito, essencialmente, sustentável e educativo.

3. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e o contexto educacional do Brasil

No Brasil, os instrumentos essenciais de sustentação na efetivação dos ODS são o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Eles estabelecem as diretrizes e a políticas educacionais no contexto educativo brasileiro. Em 26 de junho de 2014, foi promulgada a Lei nº 13.005, em que o Governo divulga à sociedade o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até 2024. O PNE é um documento de referência para as políticas da educação, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. O Plano apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, específicas e integradoras. Com base nele, os Estados e Municípios brasileiros ficaram imbuídos de elaborar seus respectivos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME), com abrangência de uma década. Cabe ao Ministério da Educação (MEC) monitorar sua construção, aprovação e efetivação das suas metas e estratégias, em busca da qualidade da educação. Os indicadores educacionais são informações importantes para acompanhar o cumprimento das metas do PNE, do PEE e do PME.

Prevista na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um “documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 10). Está contemplada na BNCC toda a educação básica e tem como finalidade nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Destaca-se, que o referido documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, com princípios éticos, políticos e estéticos que buscam a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018).

No que diz respeito ao acesso à educação no Brasil, pode-se dizer que houve avanços nas últimas décadas. A taxa de atendimento escolar saltou de 61,9% em 1980 para 96,4% no ano de 2017, a qual 1,5 milhão de crianças e jovens, na faixa etária de 4 a 17 anos, ainda estão fora da escola (IBGE, 2017). Contudo, quando analisamos o aprendizado adequado para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, por exemplo, somente 21,5% concluíram com o conhecimento básico de matemática e 39,5% em língua portuguesa (IBGE, 2018). Com relação ao ensino médio, 41,0% dos jovens de 19 anos não conseguiram terminar a última etapa da educação básica. Outro problema é o acesso a creche, apenas 35,0% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas, em contrapartida com 93,0% das crianças da pré-escola. A educação profissional representa não mais que

19,0% dos alunos do ensino médio. No que tange a educação superior, 24,0% dos estudantes estão em instituições públicas e tão só 15,5% da população brasileira tem diploma de nível superior (IBGE, 2017).

Com relação às questões relativas à educação de qualidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicam que cada país deve “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (UNESCO, 2017, p. 8). Um ponto em destaque é que ao trazer os princípios de equidade e inclusão para a política de educação “também requer o empenho de outros setores, como da saúde, do bem-estar social, e de proteção à criança, a fim de assegurar um quadro administrativo e legislativo comum para educação inclusiva e equitativa” (UNESCO, 2017, p. 13).

Para atingir este objetivo, foram estabelecidas 10 metas que “envolvem educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, alfabetização e ensinamentos relativos à disseminação de conteúdos relacionados à sustentabilidade” (IPEA, 2019, p. 5), além de infraestrutura das escolas, formação dos professores e recursos financeiros. É necessário entender que educação é um direito humano e as políticas educacionais de cada país devem levar em conta que, além de assegurar o acesso, precisa garantir espaços de aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, alicerçadas nos princípios da equidade e da inclusão.

Vale ressaltar que para potencializar o ODS da perspectiva da educação de qualidade, é imprescindível o desenvolvimento de tópicos temáticos, a saber: educação como um direito fundamental; aprendizagem ao longo da vida; diversidade e educação inclusiva; comportamentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável; empoderamento dos grupos marginalizados e dos jovens; dentre outros (UNESCO, 2017). A junção destes temas tem como finalidade a promoção de esforços conjuntos para melhorar a qualidade da educação e a distribuição equiparada do acesso a educação básica em nível mundial e seus desdobramentos na esfera local. As questões do Brasil são pensadas a partir da adequação das metas da ONU à realidade da educação brasileira, apresentadas no quadro 2.

Metas ONU	Metas adaptadas
Meta 4.1 (ONU) – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Meta 4.1 (Brasil) – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.
Meta 4.2 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Meta 4.2 (Brasil) – Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância e acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.
Meta 4.3 (ONU) – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e	Meta 4.3 (Brasil) – Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros exemplos) de acesso e permanência à

superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.
Meta 4.4 (ONU) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Meta 4.4 (Brasil) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Meta 4.5 (ONU) – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Meta 4.5 (Brasil) – Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.
Meta 4.6 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Meta 4.6 (Brasil) – Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.
Meta 4.7 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Meta 4.7 (Brasil) – Meta mantida sem nenhum tipo de alteração ou adaptação.
Meta 4.a (ONU) – Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Meta 4.a (Brasil) – Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
Meta 4.b (ONU) – Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento – em particular, os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e comunicação (TIC), programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Meta 4.b (Brasil) – Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento – em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

Meta 4.c (ONU) – Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento; especialmente, os países de menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Meta 4.c (Brasil) – Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.
---	--

Quadro 2 – Adequação das metas à realidade do Brasil

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no documento UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, 2017.

Salienta-se que, que o documento orienta quanto às estratégias e métodos de aprendizagem, cuja prioridade é desenvolver parcerias; planejar e executar campanhas; realizar estudos em comunidades ou outros países; implementar projetos de EDS; e efetivar um projeto que discuta “O que é uma escola sustentável?” (UNESCO, 2017). No Brasil, das 10 metas previstas no documento, sete estão incorporadas no PNE e as outras três restantes estão contempladas nos conteúdos da BNCC. Na Tabela 1 pode-se verificar a associação dos ODS e a relação com as metas do PNE.

Tabela 1 – Metas dos ODS 4 e o PNE

ODS	1	2	3	4	5	6	7	a	b	c
PNE	2, 3, 6 e 7	1	11, 12, 13 e 14	9, 11, 12, 13 e 14	4 e 8	4, 5 e 8	BNCC	Inep	NC	15, 16, 17 e 18

Fonte: IPEA, 2019

A meta 4.b (bolsa de estudos) não se aplica à realidade educacional brasileira, porém foi alterada para atender as especificidades do país, cujo “o Brasil deve fornecer um maior apoio a países vizinhos com menor poder de compra, além de países com esse mesmo perfil e que se utilizam da língua portuguesa”. Também, deve incentivar os programas de intercâmbio, com o intuito de “reforçar a vinda de estudantes de outros países, para poder interagir com os brasileiros, principalmente com os países em desenvolvimento que adotam a língua portuguesa e os vizinhos da América Latina” (IPEA, 2019, p. 21).

Com relação a formação dos professores, salienta-se que as instituições formadoras enfrentam um grande desafio, a fim de modificar os seus currículos (não as matrizes curriculares), aproveitando as raízes socioculturais dos alunos, aprendendo mais sobre as especificidades do campo educacional e preparando professores mais qualificados para lidar com as demandas educativas (PIMENTEL, 2015). Segundo Almeida (2012, p. 03), na maioria das instituições brasileiras, de educação superior, incluindo as universidades, embora seus professores, ou parte deles, tenham realizado sua formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e possuam experiência profissional significativa e até mesmo anos de estudo em suas áreas específicas, “predomina o desconhecimento científico e até o despreparo para lidar com o processo de ensino e aprendizagem”. Coité (2011) ressalta que um dos grandes desafios da educação atual se refere a promover uma formação continuada do professor que integre os aspectos técnicos, informacionais e

axiológicos, de forma que se criem processos formativos multidimensionais capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

4. Conclusões

As evidências apontadas neste trabalho indicam que o Brasil avançou na universalização de acesso da educação básica, porém precisa de mais investimentos para garantir a aprendizagem dos estudantes, na idade certa. Em essência, o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular são os principais instrumentos de efetivação do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável no que diz respeito a educação de qualidade. Com isso, potencializará situações de reformulação de um conjunto de ações que são necessárias para a melhoria da educação no país e, também, da valorização dos profissionais do magistério, com impacto efetivo nas atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto da escola.

Um grande desafio para as políticas educacionais no Brasil é a oferta do ensino em tempo integral. Desde 2008 alguns programas foram fomentados, a exemplo do Programa Mais Educação, que têm o intuito de minimizar o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conquanto as matrículas não ultrapassam ao patamar de 13,0% (IPEA, 2019). Isto posto, estas medidas paliativas não asseguram uma efetividade do conhecimento, muito menos, uma educação emancipatória e solidária, ancorada na construção dos “cidadãos da sustentabilidade”.

Garantir que os estudantes concluem a educação básica na idade certa, constituiu-se em uma provocação para a Agenda 2030 do Brasil, associado aos níveis de aprendizagem satisfatória. A Educação de Jovens e Adultos é outro entrave que merece atenção, ratificando o acesso, a permanência e o sucesso na materialização das atividades pedagógicas no contexto escolar. De igual relevância é implementação de ações educativas no sistema penitenciário brasileiro, destacando como desafio o atendimento escolar, a infraestrutura disponibilizada, a legislação vigente e a formação de professores para atender a um público específico e residual.

No quesito educação inclusiva, é imprescindível a construção de indicadores educacionais confiáveis para o monitoramento e a implantação de políticas públicas essenciais para a garantia do direito fundamental. É importante mencionar a contribuição social, por meio da efetivação de parceria entre instituições de ensino superior e escolas públicas, no desenvolvimento de ações pedagógicas, tanto na formação continuada de seus profissionais, como na proposição de projetos juntos aos estudantes que favoreça o desenvolvimento de estratégias educativas inovadoras.

Há muito em que avançar na construção de uma educação mais equitativa, inclusiva e de qualidade no Brasil. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um instrumento imperioso para a promoção de uma aprendizagem de qualidade para todos. A máxima de ‘não deixar ninguém para trás’ está associado ao direito humano à educação, sem discriminação e com igualdade de acesso e oportunidade de aprendizagem para todos.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação do Professor do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. **Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 04 set. 2019.

COITÉ, Simone Leal S. **A formação continuada do professor e a contribuição do coordenador pedagógico: uma reflexão sobre a prática**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Brasília, 2011.

GARLET, V. *et al.* Correlações entre Comportamentos e Competências: a busca de uma universidade verde. **Revista Gest@o.Org**, v. 17, Edição 1, 2019, p. 73-87

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, o que mostra o retrato do Brasil?** Brasília, v. 24, 2019.

JACOB, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e sociedade**, v. 1, p. 31-48, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>. Acesso em: 04 out. 2010.

JACOB, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março, 2003.

LE BOTERF, Guy. **De la compétence**. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: D. Quixote, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **O ensino médio no Brasil: busca recorrente de identidade e rupturas conceituais**. 2013. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **Ensino médio: contradições conceituais**. Curitiba: CRV, 2015.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos; JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.** vol.98 no.249 Brasília May/Aug. 2017.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem**, 2017.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report Summary 2017/8: accountability in education; meeting our commitments**. Disponível em: <http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-em>. Acesso em 21 set. 2019.

UNESCO. **Declaração de Incheon: Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por. Acesso em 4 set. de 2019.

UNESCO. **A Guide for ensuring inclusion and equity in education**. Disponível em: <http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>. Acesso em 20 set. 2019.

WALS, A. E. J. **Beyond unreasonable doubt: education and learning for socio-ecological sustainability in the Anthropocene**. Wageningen: Wageningen University, 2015. Disponível em: https://arjenwals.files.wordpress.com/2016/02/8412100972_rvb_inauguratie-wals_oratieboekje_v02.pdf. Acesso em: 4 ago. 2019.